



O BAIRRO DO JURUNAS, À BEIRA DO RIO GUAMÁ¹

Carmem Izabel Rodrigues*

Resumo: o que uma cidade deve ao(s) rio(s) que a margeia(m)? Desde a escolha do sítio de fundação, passando pelas atividades sócio-econômicas que desenvolve para se estruturar como cidade, atrair e manter seus habitantes, oferecendo a eles, através do acesso à localidade do bairro, um lugar na modernidade, ainda que mais representacional do que real. Em Belém-Pará, o bairro do Jurunas, à beira do rio Guamá, se configura como um lugar de fronteira, isto é, ao mesmo tempo, de inclusão e exclusão, de separação e comunicação entre espaços urbanos e rurais, entre os quais circulam, em contínuos movimentos e fluxos, bens e serviços, saberes e práticas, sujeitos e identidades.

Palavras-chave: cidade, localidade, Jurunas

Abstract: *what, in a city, is due to the river(s) that border(s) it? Since the choice of site of the foundation, through the socio-economic activities that develops to build a city, attract and keep its inhabitants, giving them, through access to the area of the neighborhood, a place in modernity, even more representational than real. In Belem-Pará, the neighborhood of Jurunas, by the river Guama, is configured as a place of border, that is, at the same time, inclusion and exclusion, separation and communication between urban and rural areas, including moving in continuous movement and flows, goods and services, knowledge and practices, and subject identities.*

Key words: *city, town, Jurunas*

Foi na confluência dos rios Pará e Guamá que ocorreu, no século XVII, o que hoje chamamos de encontro colonial (ASAD, 1973; PRATT, 1999; BONICCI, 2000) entre portugueses e tupinambás, e que mudou definitivamente a história e a geografia da região amazônica. A partir desse ponto inicial, soldados e colonos estabeleceram os primeiros contatos com os índios, com vistas à colonização da Amazônia, num lento processo que destruiu uma parte significativa da população indígena, incorporou outra parte pela miscigenação e mudou definitivamente o destino dessas populações. Através de relações que se alternavam entre as trocas e as guerras, índios e portugueses construíram, com trabalho e apropriação desiguais, o núcleo da nova cidade, que incluía uma fortificação (o Forte do Presépio) “reduto de guerra e abrigo dos colonos”, após o que seguiram “dominando a mata, abrindo caminhos para penetração ao seu interior, paralelos ao rio [Guamá]” e à baía do Guajará (MEIRA FILHO, 1976, p. 56).



Do Forte do Presépio, núcleo fundacional da cidade, diversas vezes destruído pelas intempéries, reconstruído e substituído na primeira metade do século XVIII pelo Forte de Castelo do Senhor Santo Cristo, saiu a primeira capela, de Nossa Senhora da Graça, para ser reconstruída em uma grande praça contígua ao forte, de onde saíram os primeiros caminhos e ruas da cidade, chegando a outros promontórios através de pontes que foram sendo construídas sobre os alagados (MEIRA FILHO, 1976, p.56).

Já nos primeiros anos, colonos e soldados, com auxílio do trabalho indígena, começaram a abrir caminhos paralelos ao rio Guamá, que se transformaram nas primeiras ruas da cidade e que comunicavam o núcleo central (a fortaleza que servia então de refúgio e proteção aos portugueses) com as “construções humildes, rústicas, de madeira, cobertas de palha e de chão batido...” que foram surgindo ao longo desses caminhos ou ruas. (MEIRA FILHO, 1976, p.123)

Nos dois eixos de extensão do sítio inicial, no sentido do Guajará e no sentido do rio Guamá, a expansão se fez tanto através de lutas contra os índios que resistiam à ocupação da terra e das águas - na ilha grande de Joannes (hoje ilha do Marajó), no Guajará, porta de entrada dos navegadores invasores, assim como nas margens do rio Guamá, onde se localizavam, à época, grupos tupinambás, como também através de acordos de paz, trocas e negociações com diversos grupos indígenas que se misturaram, desde então, à população do núcleo que se constituía, como trabalhadores escravizados ou cooptados, ocupando desde o início parte do espaço da cidade, especialmente os arrabaldes, que já habitavam antes da chegada dos portugueses. (MEIRA FILHO, 1976, p.60).

O crescimento da cidade, seguindo as condições morfológicas e topográficas existentes, foi especialmente marcado pela função sócio-política da empresa colonial e evangelizadora, na qual o Estado português contava com o apoio e suporte da igreja católica: os primeiros prédios, destinados a funções administrativas ou religiosas (igrejas e conventos) foram construídos em lugares considerados estratégicos, tanto para visão do rio e da baía (para proteção contra perigos vindos do mar ou da terra) quanto para atrair ou concentrar a população indígena dispersa e rarefeita pelos espaços que estavam sendo lentamente conquistados pelos colonizadores. Em pouco tempo, a cidade já contava com igrejas e conventos das diversas ordens religiosas que aqui se estabeleceram².

Segundo Salles (1971, p.03) a fundação de Belém foi um passo fundamental na “incorporação da Amazônia ao espaço geográfico português”. Fazendo guerra contra estrangeiros (ingleses, holandeses) que chegaram antes e exploravam feitorias no baixo Amazonas, os portugueses instalados no forte do Presépio trouxeram alguns colonos para trabalhar na agricultura, que floresceu e intensificou-se a partir de 1670, com a chegada de novos lavradores. O trabalho dos índios foi fundamental nesse processo: “conhecedores da floresta e hábeis navegadores, tornaram-se os melhores aliados dos portugueses na conquista da Amazônia”, ao mesmo tempo em que foi permitido o cruzamento dos colonizadores com mulheres ameríndias, “com o beneplácito da metrópole” (SALLES, 1971, p.07-09). A entrada posterior de escravos negros para trabalhar nas lavouras, mesmo em número bastante inferior às outras regiões do país, e concentrada em sua maior parte nas regiões do baixo e médio Amazonas, garantiu a manutenção de “lavouras de gêneros exportáveis, em torno da cidade de Belém, como as de cana-de-açúcar, arroz, tabaco, algodão, cacau” (SALLES, 1971, p. 27)³.

Desde o início, índios e caboclos, mestiços e negros constituíram a maior parcela de mão-de-obra economicamente ativa da Amazônia, nas diversas atividades agrícolas e extrativas da região. As diversas misturas etnorraciais, levando a mestiçagens progressivas (MOREIRA NETO, 1988), produziram a feição mestiça da população, na capital e na província⁴. Por aí passaria a dificuldade dos viajantes em classificar a população amazônica e paraense, cujas nuances não correspondiam a categorias etnorraciais bem defini-



das: mamelucos, tapuias, cafuzos, mulatos, mestiços, índios cafuzos, mulatos atapuiados (SALLES, 1971, p.89~e104). Nessa “variada e curiosa mistura de raças, uma centena de gradações que somente olhos muito sagazes poderiam discernir”. (WALLACE, 1979, p.20)⁵.

Entre ritmos mais lentos ou mais acelerados de crescimento espacial, econômico e social, Belém transformou-se gradativamente em uma grande colônia lusitana, voltada principalmente para atividades comerciais e financeiras, aonde chegavam “imigrantes de diversas procedências [inclusive] árabes, geralmente denominados turcos (sobretudo sírios e libaneses) que [lideravam] o tradicional comércio do regatão”. O resultado desse processo de ocupação e dominação do novo território português, que incluiu medidas de incentivo à miscigenação dos colonos e soldados com mulheres índias⁶, foi o “rápido crescimento da população mestiça”, presente em muitos setores da sociedade⁷, especialmente entre as camadas populares (SALLES, 1971, p.82-92), que foi ocupando os lugares mais distantes do centro, muito insalubres e perigosos para os colonos e, portanto, pouco valorizados. Aí se incluem diversos caminhos e trilhas que foram sendo abertos em sentido paralelo ao rio Guamá, seguindo os primeiros caminhos e ruas abertas, a partir do Forte do Presépio.

Ricci (2004) refere-se ao crescimento da cidade através da expansão dos arrabaldes, ocupados por escravos fugidos, especialmente no sentido paralelo ao rio Guamá, em direção às cidades localizadas nos rios Acará e Moju. Esse percurso corresponde a um dos espaços onde se deu a expansão da cidade de Belém, em direção aos arrabaldes supostamente desabitados, mas que eram habitados por grupos indígenas bem antes que os europeus aqui chegassem e estabelecessem, às margens dos rios Guamá, Moju, Acará e Capim, engenhos de produção de açúcar, fazendas de plantação e extração de café, cacau, arroz, algodão, castanha, de frutas e ervas, algumas delas dirigidas por ordens religiosas, todas contando com o concurso principal da mão-de-obra indígena.

Notícias veiculadas nos jornais da época atestam a presença maciça de empregados indígenas ou caboclos nas mais diversas atividades, nesse período, como por exemplo na construção de navios e barcos para navegação no Pará e Amazônia, no lugar chamado Ribeira das Naus, que hoje é ocupado pelo Arsenal de Marinha⁸ (atrás do antigo Largo do Bagé), assim como em atividades consideradas especialidades dos indígenas e caboclos, como o trabalho de remadores e práticos de navegação. Esses dados nos permitem supor que, nesse momento, já havia uma parcela considerável de habitantes, a maioria deles indígenas ou mestiços de índios e negros, nos trechos habitáveis às margens do rio Guamá, onde hoje se localizam os bairros do Jurunas, Condor e Guamá⁹. Sua alimentação principal era uma dieta que incluía peixe e farinha.

Os bairros que surgiram, no prolongamento da cidade em sentido paralelo ao rio Guamá, atestam uma ocupação muito antiga. Podemos dizer que os mesmos começaram a constituir-se desde o século XVII, considerando-se a presença de populações indígenas ao longo da margem direita do rio, quando os portugueses aqui chegaram. Mas foi somente a partir do século XVIII que o sítio geográfico onde se localiza o bairro do Jurunas foi sendo lentamente incorporado à área de expansão da cidade. As primeiras ruas surgiram a partir da abertura de caminhos que permitiam, às vezes com muita dificuldade, o trânsito entre o centro e as terras que estavam sendo utilizadas para moradia e/ou para atividades econômicas de baixo custo e rendimentos, pela população mais pobre, que utilizava áreas devolutas para construir chácaras, vacarias, cocheiras, canteiros e hortas.

No início dos oitocentos, um evento importante marcou a expansão da cidade em direção aos bairros hoje denominados Batista Campos, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá: o aterramento do igarapé do Piry, um braço do rio Guamá que desaguava na baía do Guajará; a partir de então surgiram novas ruas e avenidas, ligando o centro da cidade aos



arrabaldes paralelos ao Guamá. Com o aterramento, a estrada das Mongubeiras (hoje Almirante Tamandaré) ligou o largo do Bagé, no Arsenal de Marinha, ao largo da Pólvora e à estrada de Nazaré, que dava acesso ao único caminho terrestre de saída da cidade. Partindo desse núcleo central, abriram-se novos caminhos que levavam ao bairro de Batista Campos e, em sua extensão para baixo e para dentro da mata, ao lugar chamado Jurunas.

Mais importante ainda para a constituição do bairro foi a abertura (agora permitida pelo aterramento do Piry) da estrada de São José, como um prolongamento da rua que se iniciava na doca do Ver-o-Peso e seguia em linha reta até o largo de São José, que antes só era alcançado pelo caminho da Cruz das Almas. A nova estrada permitia a circulação, em linha reta, entre o centro da cidade e o largo de São José e, contornando-o, permitia alcançar as ruas e travessas iniciais do bairro.

A partir dos oitocentos, com a ocupação dos terrenos localizados após o canal, de forma lenta, mas constante, novas ruas e travessas foram surgindo no bairro que crescia e se valorizava, o que pode ser atestado pela presença de anúncios de compra e venda¹⁰ e aluguel¹¹, nos jornais locais, de terrenos públicos ou particulares, edificados ou não, para uso residencial ou comercial¹².

Na passagem do século XIX para o XX, o interesse de políticos e gestores locais em melhorar as condições econômicas, higiênicas e habitacionais da cidade (com ataques diretos à proliferação de barracos e puxadas construídas nos subúrbios) foi transformado em projeto prioritário da administração do Intendente Antônio Lemos¹³. Dentro de um conjunto de medidas colocadas em operação, o bairro recebeu alguma atenção do Município, com vistas ao melhoramento geral da cidade através do “saneamento da capital, oferecendo à população largas zonas até há pouco tempo inhabitáveis por causa de sua insalubridade”¹⁴ com desobstrução de valas, derrubada da mata¹⁵ e construção de pontilhões¹⁶, assim como alargamento, aterramento e calçamento de vias, para evitar os “lamaças que as chuvas costumavam fazer n’aquelle sítio baixo e muito transitado”¹⁷.

Para quem vinha do Ver-o-Peso em linha reta, bastava contornar o largo de São José, para chegar à travessa dos Jurunas (também conhecida como “boca” do Jurunas), que deu o nome ao bairro desde meados do século XIX e, abaixo desta, logo atrás do antigo convento, agora presídio, a rua Honório José dos Santos, a primeira rua do bairro a receber o nome de uma personalidade local¹⁸. Com uma extensão de cerca de 2,5 km, terminando na Bernardo Sayão, a travessa dos Jurunas foi sendo ocupada e transformada em via urbana, primeiro até à rua Conceição, perímetro onde foi instalado um terminal de linha de bond que passou a circular entre o bairro e o centro no início do século XX¹⁹.

No início do século XX, mesmo com poucas melhorias e dispondo de um fornecimento sofrível de água (através de poços públicos) e iluminação, com muitas ruas alagáveis e insalubres, o bairro atraía mais e mais moradores, por dispor de terrenos de bons tamanhos e relativamente baratos, onde alguns cidadãos de melhores posses construam rocinhas, imóveis afastados do centro da cidade.

Portanto, ao se constituir como um bairro na periferia de Belém, o Jurunas apresentava um relativo isolamento geográfico: embora localizado bastante próximo do centro comercial da cidade, não dispunha de infra-estrutura mínima, de urbanização e transporte, que facilitasse a circulação dos moradores. Mas isso não implicou em isolamento sócio-cultural, pois os moradores circulavam incessantemente entre os espaços que ligavam o bairro ao centro da cidade, tanto nos dias comuns, freqüentando as lojas comerciais, a feira e o mercado do Ver-o-Peso, onde muitos trabalhavam, compravam ou vendiam alimentos e outros produtos ou serviços, quanto em dias de festa, especialmente nos fins de semana, quando freqüentavam missas e novenas, procissões e festas realizadas na igreja matriz ou nas paróquias que foram surgindo, participando de um amplo circuito de sociabilidade que ligava os diversos espaços da cidade que crescia continuamente.



A circulação dos moradores entre o centro e os subúrbios da cidade, além das motivações econômicas (trabalho e subsistência, aquisição de gêneros de todo tipo), tinha também motivações religiosas e, associados a estas, de encontro e diversão lúdica, de passeio e lazer, motivos pelos quais os caminhos mais freqüentados eram também caminhos de procissões e festas, que ligavam igrejas/paróquias entre si ou estas aos bairros populares, onde moravam muitos devotos. Como exemplo, citamos as estradas de São João e de São José, que ligavam o bairro ao núcleo inicial da cidade. A estrada de São João ligava o Forte do Castelo à capela de São João (a terceira mais antiga de Belém) e seguia até cruzar com a estrada de São José, construída no início do século XIX, ligando o Ver-o-Peso, porto e mercado principal da cidade, ao convento e ao largo de São José, ponto inicial do bairro do Jurunas. Por esses caminhos circulavam, entre o bairro e o centro, devotos de São João, São José, São Sebastião e Divino Espírito Santo, entre outros.

À Beira do Rio Guamá

Como um bairro que se desenvolveu à beira do rio Guamá, o Jurunas tornou-se desde o início de sua ocupação um espaço de estabelecimento e circulação e moradores das áreas ribeirinhas situadas próximas a Belém, especialmente cidades e localidades estabelecidas nos rios Guamá e Tocantins e seus afluentes, embora tenha atraído também moradores do baixo e médio Amazonas, do rio Pará e baía do Marajó. Migrantes vindos diretamente do interior, ou estabelecidos inicialmente no bairro da Cidade Velha, participaram diretamente da construção do bairro, contribuindo em grande parte para sua feição atual.

Em sua configuração atual, o bairro do Jurunas situa-se, ao mesmo tempo, próximo e distante do centro da cidade. Ao mesmo tempo em que não é caminho ou passagem obrigatória ligando o centro aos demais bairros de Belém, a não ser para alguns bairros contíguos e também periféricos (Guamá, Condor, Cremação), comunica-se facilmente com os bairros mais centrais, através de amplas ruas asfaltadas, pelas quais pode-se chegar com certa facilidade, mesmo em um percurso a pé.

Mas o acesso por via rodoviária não é o único e nem sempre foi o principal. Como uma cidade surgida entre as águas rios Pará e Guamá, ao longo de suas duas faces banhadas pelas águas, Belém possui uma estrutura formidável de portos, empresas e empresas-portos, estatais e privados, que tiveram uma importância crucial na dinâmica econômico-espacial da cidade e na vida de muitos moradores, especialmente na vida dos migrantes que foram se fixando próximo a essas áreas durante o processo de urbanização da cidade, no século XX, quando a cidade cresceu expressivamente pela migração.

Quem chega a Belém por via rodoviária não vê a cidade ribeirinha e quem mora em Belém e nunca visitou a orla, não faz idéia do mundo que aí pulsa em movimento constante, dorme e acorda, num vaivém ininterrupto de canoas e barcos, nos diversos portos em atividade. Esse relativo desconhecimento deve-se, em parte, à localização geográfica do bairro, no extremo sul da cidade, não sendo, portanto, um lugar de passagem obrigatória para os bairros mais centrais, de modo que suas ruas ainda são pouco conhecidas por não-moradores. Só passam pelo bairro, para chegar ao centro da cidade, os viajantes chegados através dos portos localizados no bairro, que usam as ruas transversais ao rio (Conceição, Caripunas, Pariquis, Mundurucus, Tamoios) para chegar aos outros bairros. A proximidade dos portos localizados no rio Guamá, ao longo da linha que acompanha a Estrada Nova, da Cidade Velha ao bairro do Guamá, garante ainda hoje aos moradores - migrantes ou não - as entradas e saídas por via fluvial, a mais antiga da cidade.

À circulação restrita de não-moradores do bairro sobrepõe-se a intensa circulação interna de moradores: a pé, em bicicletas, em carroças puxadas por animais, ou em veículos automotores novos ou usados, de todas as marcas e modelos, os jurunenses circu-



lam nas diversas ruas, travessas e passagens diuturnamente; em direção aos mercados, feiras e supermercados do bairro e adjacências; à casa de parentes, amigos e vizinhos. Para as escolas, o movimento é contínuo, a cada turno escolar, de meninos e meninas. À noite, igrejas e bares ficam cheios, enquanto parte dos moradores dedica-se a “gastar” horas seguidas sentados à porta da casa, observando o movimento e conversando com os transeuntes conhecidos. De madrugada, antes do dia chegar, já estão apinhados os trapiches de viajantes, nos portos abarrotados de canoas e barcos, que chegam e saem lotados de pessoas e gêneros de todo tipo.

A maior parte desse movimento ocorre ao longo da avenida Bernardo Sayão²⁰, assim como em suas transversais, em direção aos diversos portos localizados na orla ribeirinha²¹, entre os quais destaca-se o Porto do Açaí. Neles circulam barcos de diversos tipos e tamanhos, pertencentes a estabelecimentos comerciais e industriais que compram e/ou vendem produtos dos mais diversos tipos, e transportam esses produtos, e que circulam entre a capital e as cidades do interior, levando e trazendo esses produtos, além de passageiros e mercadorias em geral.

Alguns desses produtos são comercializados em barracas de madeira, cobertas de telhas ou mesmo de lonas, nos espaços disponíveis do porto. Entre eles o açaí é um dos mais importantes e chega, diariamente, à cidade para abastecer cerca de 50 pontos de vendas no bairro, em sua maior parte localizados ao sul, nas ruas mais próximas à beira do rio. Próximo a esses portos, existem diversos espaços de lazer e sociabilidade, constituindo um circuito de bares e casas de diversão, como o localizado ao lado do porto do Açaí, o setor de diversões noturnas que atrai moradores e visitantes oriundos das áreas ribeirinhas próximas.

Assim, a área próxima ao rio se apresenta como uma estrutura complexa que inclui atividades comerciais, industriais, portuárias e residenciais, em um espaço exíguo paralelo à rua, ocupado, do lado da cidade, por pequenas casas de madeira que se comprimem entre a estrada e um valão e, do lado do rio, por pequenos, médios ou grandes estabelecimentos comerciais, em muitos casos em espaços contíguos às residências ou mesmo compartilhando as funções residenciais e comerciais²², com a aquiescência ou simples indiferença dos poderes públicos quanto ao uso e apropriação do espaço próximo ao rio.

Em sua grande maioria, a população do bairro é formada por migrantes ou filhos de migrantes, oriundos do baixo e médio Amazonas ou das áreas ribeirinhas próximas a Belém: do rio Guamá e seus afluentes Acará, Moju e Capim (cidades de Acará, Bujaru, Igarapé-Miri, Moju, São Domingos do Capim); do rio Tocantins e seu afluente Pará (cidades de Abaetetuba, Barcarena, Baião, Cametá, Portel); da ilha do Marajó (cidades de Soure, Breves, Chaves, Afuá, Muaná); de ilhas localizadas às proximidades da foz do rio Amazonas (Caviana, Mexiana, ilha da Preguiça, ilha dos Macacos, ilha dos Papagaios), assim como do médio Amazonas (Alenquer, Gurupá, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém).

Mesmo sendo, em sua grande maioria, migrantes ou descendentes de migrantes²³, os pesquisados residem há muito tempo no bairro, sendo que mais da metade deles chegou ao bairro entre as décadas de 1950 e 1980, período que corresponde, segundo o IBGE, ao momento de grande incremento populacional do bairro²⁴. Especialmente a área mais baixa e próxima ao rio apresenta grande concentração de migrantes originários das cidades e localidades ribeirinhas citadas acima, enquanto nas áreas mais centrais do bairro, atualmente os espaços mais urbanizados, a presença de migrantes interioranos é equivalente à presença de migrantes de outros bairros, nascidos na capital ou em outras cidades da Amazônia ou de outras regiões do país.

De modo geral, os moradores mais antigos e de origem migrante, apresentam baixa qualificação escolar e profissional, enquanto seus filhos adultos possuem maior nível de estudo, o que nem sempre corresponde a melhores condições de emprego/renda, embora



em alguns casos específicos essa qualificação seja fundamental para o crescimento do nível de renda e para a melhoria das condições de consumo e reprodução do grupo doméstico.

Lugares de Sentido, Limites e Fronteiras

Que lugares condensam os sentidos do bairro para os jurunenses? Quais os lugares mais representativos para falar de si mesmos, para falar de seu cotidiano, entre o trabalho e o lazer, entre a rotina e os eventos festivos? Buscando entender a cidade e a localidade do bairro a partir do uso dos espaços urbanos, buscamos perceber, nas diversas formas de apropriação desses espaços, a construção dos lugares de sentido (AGIER, 1998), impressos nas práticas cotidianas, nos signos do bairro (significantes visuais, orais, auditivos), nos símbolos referenciais presentes nas representações dos moradores.

Nas entrevistas realizadas, muitos se declararam moradores muito antigos, com mais de cinquenta anos no local. Essa antiguidade é evocada, na maioria das vezes, para falar de uma identidade de bairro. Morar há muito tempo no bairro, mais do que ter nascido nele, garante aos moradores, por suas vivências e experiências do passado aos dias atuais, a legitimidade de falar de dentro, isto é, como alguém que veio para o bairro “quando nada existia” e participou das conquistas do lugar, lentas, difíceis, mas claramente reconhecíveis e identificadas nas falas dos moradores.

Nesse conjunto heterogêneo de percepções, o Jurunas aparece, ao mesmo tempo, como um bairro diverso e único, com espaços diferenciados, muitos deles cindidos: entre os centros e os interstícios; entre os entornos das áreas nobres, mais verticalizadas e valorizadas, e as áreas mais periféricas, situadas nas fronteiras dos bairros ou sub-bairros mais afastados (Condor, Cremação); entre os moradores das casas e dos edifícios; entre os moradores das casas da frente e os moradores das casas dos fundos; entre os moradores das ruas e avenidas e os moradores das vilas, passagens ou becos; entre os moradores das áreas nobres e os moradores das zonas mais pobres, desenha-se um gradiente espacial que, ao mesmo tempo em que inclui os mais diversos setores ou sub-setores do bairro, também exclui esses espaços e seus moradores através de qualificações valorativas.

Os limites e fronteiras oficiais, internos e externos ao bairro, misturam-se aos diversos marcadores reconhecidos pelos moradores. Para o exterior, muitos se identificam como moradores do bairro do Jurunas, bairro “alegre, festeiro, popular”, em oposição a outros bairros como o de Batista Campos, de “gente rica e orgulhosa”. No interior dessa identificação geral, aparecem diversas fronteiras imaginárias, dadas pelos nomes e limites de certas ruas, lugares, setores ou sub-bairros (Limoeiro, Laranjeiras, Radional, Vietnã, Coréia). Esses setores localizam-se em áreas mais periféricas ou intersticiais, e se opõem estruturalmente à área mais central, onde se localiza a avenida Roberto Camelier (antiga travessa dos Jurunas, considerada a avenida Paulista dos jurunenses), onde se destacam, entre os diversos signos da modernidade urbana, edifícios e lojas comerciais, além de importantes transversais (ruas dos Tamoios e dos Mundurucus) que levam diretamente, para cima, à “praça da fronteira”²⁵ e às proximidades do *shopping* Iguatemi.

Seguindo pela Roberto Camelier, agora em sentido contrário e para *baixo*, através da rua Conceição (hoje Fernando Guilhon), chega-se à área considerada menos nobre pelos moradores “de cima”, e referida por alguns deles como a “mais perigosa do bairro”, embora seja uma das mais movimentadas, com intensa circulação de carros e bicicletas, além de pedestres. Mas para os moradores dessas áreas mais próximas ao Guamá, assim como para os viajantes que circulam através dos portos, entre outros, a rua Conceição é uma das mais importantes do bairro, por possuir “um grande comércio onde tudo se vende e se compra, todo dia da semana”. As imagens depreciativas são então substitu-



ídas por imagens de vida em movimento, de circulação dinâmica de pessoas em um grande mercado que inclui a rua e seus cruzamentos principais, onde se localizam supermercados, grandes lojas e pequenas vendas de alimentos e armazinhos.

As qualificações depreciativas dos moradores do bairro em relação a certas áreas ou setores considerados mais perigosos cruzam-se permanentemente, não havendo unanimidade absoluta sobre esses espaços, mas avaliações diferenciadas e mesmo opostas, de acordo com os lugares onde moram e costumam circular.

Assim, para os moradores das áreas mais centrais do bairro, todas as transversais que cortam a Roberto Camelier, a partir da Conceição, são vistas, sem exceção, como perigosas, especialmente a rua Quintino Bocaiúva, cortada por um canal que se estende do rio Guamá até o bairro de Nazaré, um dos mais valorizados da cidade. Do outro lado da fronteira, os moradores das áreas consideradas mais perigosas também apresentam avaliações diferenciadas, ambíguas ou contraditórias sobre a questão da violência. Muitos falam da violência como algo concreto, que está presente e muito próximo, nas ruas onde moram e nos caminhos por onde passam todo dia, envolvendo brigas de gangues com troca de tiros, batidas policiais e prisões, especialmente nos horários noturnos e em finais de semana.

Apesar da violência, os entrevistados, sempre procuram ressaltar as vantagens de morar no bairro, independente do lugar onde moram ou apesar das dificuldades que tiveram no passado, pois, segundo eles, hoje “tudo melhorou”. Com a urbanização crescente no bairro nos últimos anos, muitos dos lugares antes considerados perigosos tornaram-se mais seguros para os moradores e transeuntes.

A conquista do lugar não só de moradia mas para “viver até morrer” é legitimada através das memórias dos moradores mais antigos acerca das condições de vida através das décadas passadas e vividas no bairro. Nesse tempo longo da memória, as condições insalubres e primitivas do lugar são referidas em oposição à situação atual, através da gradativa ocupação das ruas e vizinhanças, da construção inicial e dos melhoramentos dos espaços da casa, assim como dos melhoramentos introduzidos pelo poder público, como o asfaltamento das vias principais, a iluminação das casas e das ruas de maior circulação, o fornecimento (nem sempre contínuo) de água encanada e os meios de transporte coletivo.

Ao mesmo tempo o bairro que se modernizou também é visto como “uma extensão do interior”. E mesmo para os que comparam a vida tranqüila e farta do interior com a vida agitada e a comida mais “fraca” obtida na cidade, é evidente a valorização e permanência de hábitos alimentares, mesmo que adaptados ao espaço urbano. Nas entrevistas que realizamos com homens e mulheres vindos do interior, perguntamos acerca do capital econômico de que dispunham no lugar de origem e que parte desse capital foi deslocado para a cidade, durante a mudança ou mesmo posteriormente, assim como sobre o capital social (BOURDIEU, 1999) de que dispunham ou que passaram a dispor vivendo no bairro e na cidade, especialmente as relações de inter-conhecimento baseadas em redes de parentesco, amizade ou vizinhança.

Verificamos que o que os migrantes trazem do mundo rural não inclui quase nada de bens ou recursos materiais. Ao mesmo tempo em que lamentam pelo que foi deixado para trás – a terra, o sítio, a casa, as plantações, a mata, a floresta, a várzea, o rio (dádivas de Deus e da natureza), a comida farta, a vida sossegada e calma onde “todo mundo se conhece e se ajuda quando precisa” – os migrantes valorizam seu conhecimento de mundo, baseado tanto na relação com a natureza quanto nas redes sociais, pois de ambas advém um conjunto de saberes relativos ao lugar de origem, que podem ser muito úteis do mundo urbano²⁶.



Esses saberes e conhecimentos trazidos do mundo rural não são opostos ou inconciliáveis à vida em espaço urbano, e estão presentes nas práticas cotidianas colocadas em operação, especialmente pelas mulheres, na organização e manutenção cotidiana do grupo doméstico, na articulação de relações de proximidade e convivência, na trocas cotidianas e apoio, material ou de outro tipo, especialmente entre parentes.

As redes de parentesco, incluindo a família nuclear e/ou extensa, se estendem muito além do grupo de residência, alcançando outros grupos domésticos, localizados em espaços muito próximos, dentro do próprio bairro, na própria rua ou em ruas adjacentes, ou ainda no próprio terreno, que é continuamente desmembrado em pequenos lotes para a construção de moradia de parentes, estendendo-se ainda para outros bairros mais próximos ou mais distantes. Além das relações de parentesco, o conhecimento e participação dos moradores em outras redes, como as de vizinhos, amigos, compadres ou conterrâneos, parecem ter certo peso nas escolhas dos migrantes.

A localização de parentes, amigos e conhecidos foi decisiva para a escolha do bairro e da rua ou travessa onde se estabelece a residência, mesmo que temporária, havendo também a intenção declarada, pelos entrevistados, de se estabelecerem no bairro e/ou na rua onde tivessem parentes. Perguntados sobre onde moram seus parentes, se no bairro ou fora do bairro, suas respostas nos indicaram a presença muito forte de uma rede de parentes morando não apenas no bairro, mas nas vias próximas, nas mesmas ruas, nos lados das casas, nos fundos das casas, nos altos da casa principal, do chefe de família. Finalmente, uma rede comunitária mais ampla, ultrapassando e alargando, até certo ponto, todas as anteriores, e que permite definir (ou excluir) os sujeitos como cidadãos - habitantes da cidade - acena aos migrantes com a possibilidade de acesso aos bens e serviços disponíveis no meio urbano, ou com a possibilidade de lutar por esses bens através de movimentos de reivindicação organizados localmente, a partir do bairro.

Um Bairro em Movimento, Identidades em Fluxo

A conquista da localidade garante aos migrantes um espaço próprio, um lugar de sentido e fonte de identidade, a partir do qual eles podem situar-se no cotidiano do bairro e na modernidade urbana. Os movimentos do sujeito migrante em direção à cidade, suas estratégias para se inserir, trabalhar, morar, casar e se estabelecer, tal como descritas por um morador do bairro, podem ser lidas como um conjunto de práticas para conquistar a cidade e assim garantir um lugar na modernidade, mesmo que de modo fragmentário e periférico.

Os migrantes ribeirinhos mantêm uma intensa e extensa rede de relações, que interfere diretamente em suas escolhas e interesses e tem grande influência em seus projetos de vida. Ao se estabelecerem na cidade, colocam em operação formas de sociabilidade baseadas em redes mistas de relações sociais, ou seja, baseadas nas relações de parentesco e conterraneidade anteriores à migração, combinadas com outras relações atualizadas com parentes que moram na cidade, ao mesmo tempo em que constroem novas redes de sociabilidade, baseadas em novas relações de trabalho, amizade e vizinhança, como demonstram os dados da pesquisa de campo.

Se diferentes formas de apropriação do espaço podem gerar diferentes formas de sociabilidade, também diferentes formas de sociabilidade podem produzir diferentes espaços sociais, de modo que as múltiplas formas de apropriação dos “pedaços” do bairro, assim como as diferentes atribuições de sentido aos lugares vividos pelos sujeitos, chocam-se com os padrões considerados propriamente urbanos de vida, trabalho, lazer e consumo. Nesse sentido, muitos lugares apropriados pelos sujeitos migrantes confundem as distinções habituais entre rural e urbano, tradicional e moderno, e fundem as múltiplas identificações dos sujeitos migrantes na cidade.



Como vimos, a percepção do espaço pelos moradores não é homogênea mas variável, e se expressa através de diferentes imagens ou qualificações valorativas, de acordo com diversos fatores, entre os quais destacamos os lugares relativos (tanto espaciais quanto sociais) de onde falam, assim como os lugares de produção, circulação e consumo das imagens acerca do bairro, atravessada por valores ora positivos ora depreciativos sobre determinados espaços ou setores/sub-setores do bairro.

Entre essas zonas ou setores multiplicam-se espaços mais centrais, mais periféricos ou mesmo intersticiais, apropriados de modo desigual pelos moradores, o que interfere nas percepções e valorações que os usuários fazem do espaço urbano, com base nas suas próprias vivências e experiências de inclusão/exclusão, assim como nas redes de relações e formas de sociabilidade vividas no bairro.

A inserção dos migrantes no mundo urbano implica, em grande medida, na busca de participação no mercado de trabalho, o que exige a demonstração ou o aprendizado de um conhecimento relativo às diversas atividades ou tarefas necessárias ao movimento diuturno da cidade. Boa parcela dessas atividades ou tarefas são constituídas e desenvolvidas com base em um conhecimento anterior, adquirido no lugar de origem ou aprendido a partir da relação estabelecida entre o lugar de origem (que pode ser tanto rural quanto urbano) e a cidade grande, constituindo um espaço intermediário de saber e conhecimento, de vivências e experiências, um espaço ao mesmo tempo geográfico, social e cultural, construído entre a cidade e o rio, entre as cidades através do rio, entre os diversos lugares através do rio.

É através dos rios que os migrantes mantêm uma intensa e extensa rede de relações, que participa diretamente de suas escolhas e interesses, e tem grande influência em seus projetos de vida. Essa mistura de novos e velhos padrões de relações vão dar a feição das formas de sociabilidade produzidas e do surgimento de novas identidades e/ou formas de identificação em espaço urbano.

Seriam então os migrantes sujeitos cindidos entre o rural e o urbano, a tradição e a modernidade? Analisando as falas dos moradores sobre suas experiências de viver a cidade a partir da localidade do bairro, percebemos que os espaços de tradição e modernidade não se excluem mas se complementam e se transformam o tempo todo, de modo que “o que não era nada agora é um bairro moderno”, pois “o progresso chegou e está aqui na nossa porta”. Ao mesmo tempo, o bairro que se modernizou é visto por muitos como uma “extensão do interior”, pois “aqui tem tudo ou quase tudo o que tinha lá”.

A partir das falas dos moradores, é muito difícil separar ou opor, de forma rígida, espaços rurais e urbanos, assim como formas tradicionais ou modernas de viver o cotidiano. As memórias dos sujeitos conjugam tempos diferentes a mundos distintos mas também percebidos como muito próximos e conectados, de modo que é difícil perceber uma rígida separação e oposição entre um “passado rural distante” e um “presente urbano atual”, tornando difícil afirmar que os migrantes ribeirinhos estabelecidos na cidade de Belém seriam sujeitos cindidos entre o rural e o urbano, entre a tradição e a modernidade.

A inserção dos migrantes à vida da cidade passa necessariamente por sua localização no espaço urbano. Mas o que significa, para o migrante, localizar-se ou estar localizado no espaço urbano? Segundo Appadurai (1996, p.178), a categoria localidade é relacional e contextual, mais do que espacial, pois “se expressa em certos tipos de agência, socialidade e reprodutibilidade”. Como parte da vida social, seria uma “estrutura de sentimento produzida por formas participativas de atividade intencional que produz efeitos materiais” (APPADURAI, 1996, p.182), enquanto a vizinhança seria definida através de “formas sociais realmente existentes, nas quais a localidade, como dimensão ou valor, é imaginada de modo variável. Vizinhanças, nesse sentido, são comunidades caracterizadas por sua realidade, espacial ou virtual, e seu potencial de reprodução social” (APPADURAI, 1996, p. 179).



Aparentemente deslocado do contexto, tratando de espaços translocais e de geografias pós-nacionais, o texto de Appadurai nos ajuda a pensar a cidade de Belém, no contexto atual, como um espaço ao mesmo tempo local e global: lugar de passagem de migrantes/imigrantes para o interior da Amazônia; lugar de destino de migrantes/imigrantes “sem teto, sem terra”, oriundos de outras regiões do país; zona de fronteira entre o rural e o urbano, espaço dos “desgarrados da globalização” (SASSEN, 2003). Por outro lado, lugar de encontro de parentes, conterrâneos, vizinhos e amigos, lugar de construção/inserção dos sujeitos migrantes e de suas histórias singulares e coletivas na modernidade amazônica.

Assim, podemos pensar a localidade não como um espaço delimitado e definido formalmente, mas como espaço vivido e significado pelos próprios sujeitos a partir de suas experiências cotidianas, que envolvem táticas e estratégias de circulação e uso do espaço urbano (DE CERTEAU, 1994), assim como a apropriação - mesmo que parcial e informal - dos lugares materiais, existenciais e simbólicos reconhecidos como adstritos a essas experiências cotidianas (AGIER, 1998), gerando um “sentido de localidade” que interfere diretamente na percepção que os sujeitos migrantes têm de si mesmos enquanto habitantes de um espaço ou lugar, participando da construção e/ou reformulação de suas identidades. Como afirma Appadurai (1997),

A memória e as ligações que os sujeitos locais mantêm com sua vizinhança e nomes das ruas, seus caminhos e cenários urbanos preferidos, momentos e lugares de congregação e divertimento, estão sempre em conflito com as necessidades do estado-nação de regular a vida pública (...) é da natureza da vida local desenvolver (..) seus próprios contextos de alteridade... (APPADURAI, 1997, p.34)

Redes de vizinhança podem ser extremamente fortes nesses contextos, de modo que a própria noção de pertencimento ao bairro pode estar delimitada pela identidade de vizinho (HOLSTEIN, 1998, p.142). A vivência cotidiana, através do uso de espaços comuns, cria fortes vínculos que reforçam o sentimento de pertencimento ao bairro.

Participando dos mais diversos tipos de associações de bairro, reivindicando direitos ao espaço de moradia - inclusive ocupando terrenos urbanos, públicos ou privados - direitos de acesso à escola e aos serviços de saúde, assim como melhorias no bairro e melhores condições de vida em geral, negociando inclusive com candidatos de diferentes partidos políticos, por ocasião das eleições municipais, os migrantes buscam inserir-se no mundo urbano, redefinindo seus lugares e identidades, a partir da localidade e das redes sociais colocadas em operação no mundo cotidiano.

O sentido de localidade, o sentimento de pertencimento dos moradores ao bairro é referenciado por um conjunto de “práticas identitárias”, atravessadas pelas redes de sociabilidade, entre as quais se sobressaem, ao lado das atividades voltadas para obtenção de trabalho e renda, as atividades festivas, de lazer e consumo, que marcam de um modo próprio os tempos e espaços vividos e compartilhados pelos moradores, interferindo diretamente nas identificações internas e externas ao bairro. Essa “sociabilidade festiva” (COSTA, 2002), presente nos pequenos ou grandes eventos da vida do bairro, garante aos moradores grande visibilidade social, reforçada periodicamente através dessas práticas culturais, especialmente as festas populares - carnaval, festas juninas, festas em homenagem aos santos padroeiros -, consideradas como legítimas expressões de uma identidade jurunense. Através das festas, de sua fabricação constante durante todo o ano, colocando em operação redes de relações de parentesco, amizade e vizinhança, os sujeitos se constroem a si mesmos como habitantes de um espaço próprio - um lugar - onde vivem suas vidas, reproduzem suas práticas cotidianas e garantem, através dessas práticas de uso e apropriação desse lugar, o direito à cidade.



Notas

- ¹ Trabalho apresentado no II Seminário Itinerante franco-brasileiro “A CIDADE E OS RIOS NA HISTÓRIA DO BRASIL”, realizado no Rio Parnaíba, entre os dias 11 e 16 de maio de 2008. Uma versão reduzida do mesmo foi publicado na coletânea “Conheça Belém, Co-memore o Pará”, Belém: Editora da UFPA, 2008, organizado por Jane Felipe Beltrão e Antônio Otaviano Vieira Jr., p. 93-107.
- ² Segundo Ernesto Cruz (1973), um ano depois da conquista chegaram os capuchos de Santo Antônio, para auxiliar os portugueses na empresa material e espiritual de expulsar os estrangeiros (ingleses, holandeses) e catequizar os índios, construindo um hospício e capela na antiga aldeia dos índios Una, em frente à baía do Guajará. Vieram depois os Carmelitas Calçados (1626) e construíram convento e igreja às margens do rio Guamá, no final da primeira rua de Belém, chamada rua do Norte. Em 1636 chegaram os jesuítas, estabelecendo-se na ilha do Marajó e no rio Xingu. Vieram depois os capuchos de São José e os capuchos de Nossa Senhora da Piedade (1639). Estes últimos construíram em 1749 o convento de São José, depois Corpo de Artilharia, depósito de pólvora, presídio e, atualmente, pólo joalheiro do Governo do Estado. Finalmente, já nos oitocentos, chegaram os religiosos da Conceição da Beira e Minho, construíram o convento de São Boaventura, tomado pela Coroa portuguesa, que logo expulsou essa ordem, e transformado em Arsenal de Marinha em 1761. Foram esses religiosos que deram o nome de Bagé ao Largo do Arsenal de Marinha (:153-158, 212, 256).
- ³ Salles destaca, no início da colonização, a produção de arroz (na zona guajarina), algodão (em terra firme, próximo a Belém), cacau (na calha do rio Tocantins, próximo a Cametá), tabaco (na bacia do Acará), cana de açúcar (no golfão marajoara), pecuária (na ilha do Marajó). Destaca também a exploração das “drogas do sertão: canela, baunilha, cravo, anil, raízes aromáticas, urucum, salsa, óleos” (1971: 7).
- ⁴ Segundo Salles (1971: 115,163), na segunda metade do século XVIII houve grande afluxo de negros para o Pará, influenciando na cultura regional. Especialmente na região do rio Tocantins e na cidade de Cametá, área de economia agrária antes dominada por lavouras de cana-de-açúcar e por fazendas de cacau, a presença negra foi muito forte e ainda hoje é responsável por uma lúdica amazônica negra e mestiça, que inclui tradições e festas com grande participação de negros e mestiços, como as de São Tomé, Espírito Santo, São Benedito. Da presença de índios e negros na cidade, os cronistas notaram “o espírito associativo [tanto] na organização do trabalho [quanto] na criação e manutenção de *irmandades* religiosas, como a da Senhora do Rosário”.
- ⁵ Segundo Wallace (1979: 20) “os habitantes do Pará apresentam a mais variada e curiosa mistura de raças. Temos aqui o inglês corado (...) o pálido americano (...) o português trigueiro (...) o brasileiro robusto, o negro jovial e o índios de ar impassível e de físico atlético”. O historiador Antonio Baena (1839: 7) classificou a população de Belém em sete camadas humanas: branco, pardo, índio, preto, mameluco, cafuzo e curiboca.
- ⁶ Cf. Cartas Régias aos governadores do Maranhão, 15.6.1715; 3.10.1718; 6.10.1720 (apud Salles, 1971: 134). “Proíbo que meus vassallos que se casem com mulheres indígenas ou seus descendentes sejam chamados caboclos (sic) ou qualquer outro nome que possa parecer insultuoso” (Alvará de 4.4.1755, apud Salles: 9).
- ⁷ Segundo Salles, em 1890 os mestiços do Pará constituíam 34% da população, enquanto 20% eram caboclos, 39% brancos e 7% negros (1971: 52).
- ⁸ “No Arsenal de Marinha, contratam-se trabalhadores livres ou escravos para o corte de madeiras no rio Acará...” (Jornal Treze de Maio, 262, 5.12.1853, p. 4).
- ⁹ Ver Baena (1839), Cruz (1973), Salles (1971), Meira Filho (1976), entre outros.
- ¹⁰ “Vende-se uma puchada e cosinha à travessa São Matheus, perto da rua da Conceição, com magnífico capinzal, medindo 20 braças de frente por 30 de fundos, rendendo 50\$rs mensais”. Diário de Notícias, 3.7.1881, p.1.
- ¹¹ “Aluguel de rocinha à travessa dos Jurunas, com boa caça de vivenda, jardim, poço d’água potável, fruteiras e bom quintal”. O Liberal do Pará, 29.03.1871. “Aluguel de rocinha, com boas acomodações para família, jardim, árvores frutíferas e água potável de 1ª qualidade. Tratar rua dos Mundurucus, esquina da travessa dos Jurunas”. O Liberal do Pará, 26.08.1877.
- ¹² “O Agente Lamarão Jr., autorizado pelo juiz de direito da Provedoria de capellas e resíduos venderá em leilão à travessa dos Jurunas, canto dos Caripunas, um terreno próprio para coqueira”. A Gazeta de Notícias, 11.08.1881, p. 3. “CAPINZAL. Aluga-se ou arrenda-se um bom terreno todo plantado de capim e com canteiros para horta, sito á rua de Santo Amaro. Quem pretender trato, na estrada de São José, caza nº 14”. O Liberal do Pará, 15.01.1870.
- ¹³ Sobre a modernização de Belém na virada do século XX, ver Sarges (2002).
- ¹⁴ O Município de Belém, Relatório de 1904 (1905: 196).
- ¹⁵ O Município de Belém, Relatório de 1903, p. 127, destaca “a derrubada da mata e aterramento da zona baixa do bairro, em direção ao rio Guamá (...) cujo saneamento vem produzindo gradual e acentuado povoamento”.



- ¹⁶ O Município de Belém, Relatório de 1905, p. 31.
- ¹⁷ O Município de Belém, Relatório de 1904, p. 187-189.
- ¹⁸ Honório José dos Santos, comerciante da praça de Belém e proprietário de uma tipografia localizada no cruzamento das estradas de São João e São José realizava grandes e pequenos negócios, desde a exportação, para a praça do Rio de Janeiro, de alimentos oriundos do interior da Amazônia (baunilha, pele de peixe-boi, sementes de guaraná), até a compra, aluguel ou venda de casas e terrenos que se valorizavam com o crescimento da cidade. Proprietário e também agenciador de escravos, anunciava quase diariamente, em sua tipografia, casos de fuga, busca, apreensão e prisão dos mesmos.
- ¹⁹ Esse trecho, que no início do século correspondia ao limite final do bairro, é hoje um dos pedaços mais conhecidos e freqüentados do bairro. Aí foi construída, em 1929, uma subestação da primeira rádio de Belém, a Rádio Clube do Pará, e a paróquia de Santa Terezinha do Menino Jesus, em 1935, a mais importante do bairro, no terreno onde antes funcionou, até os anos 30, o parque de danças do boi Pae do Campo, o mais famoso do bairro. Na década de 60, a travessa dos Jurunas recebeu o nome de um dos fundadores da Rádio Clube do Pará, Roberto Camelier, que residia em frente ao largo de São José, hoje Praça Amazonas.
- ²⁰ A Estrada Nova, hoje avenida Bernardo Sayão, surgiu nos anos de 1940, a partir da construção de um dique de concreto construído para conter as águas do rio. Todo o pequeno espaço paralelo ao seu traçado, de ambos os lados da rua, foi rapidamente tomado por palafitas de madeira, ocupadas em parte por migrantes recém-chegados à cidade, como única opção de instalação definitiva ou mesmo temporária, em parte por moradores mais antigos que ainda não dispunham de espaço para morar.
- ²¹ Existem mais de quarenta portos comerciais na orla do rio Guamá, metade dos quais se localiza no bairro do Jurunas. Destacam-se os portos do Açaí, Custódio, da Casa Silva, Pureza, Comercial, Antero, Boa Viagem, Diniz, São Benedito e Mundurucus.
- ²² Destacam-se, entre outros: bares, lanchonetes, mercearias e restaurantes; salões de beleza, bancas de venda de açaí, frango, carne, verduras, farinha e carvão; sucaterias, armarinhos, bancas de apostas (jogo do bicho), pontos de venda de gás de cozinha; oficinas de sapatos, de vidros, de móveis, de baterias para carros e de eletro-eletrônicos; lojas de materiais de construção, madeiras, redes, confecções, produtos náuticos (cordoaria), produtos de umbanda, ração para animais, depósitos de bebidas, farmácias e igrejas pentecostais. As atividades portuárias estão presentes através de portos diretamente vinculados aos estabelecimentos comerciais, usados para receber ou escoar seus produtos, ou voltados exclusivamente ao transporte de produtos e passageiros.
- ²³ Em cerca de 100 formulários aplicados junto aos estudantes da rede pública no bairro, obtivemos os seguintes dados acerca da origem dos alunos e dos pais: Filhos: nascidos em Belém – 46%; nascidos no interior – 53%; outros – 1%. Pais: nascidos em Belém – 20%; nascidos no interior – 76%; outros – 4%.
- ²⁴ Segundo dados oficiais, a população do Jurunas aumentou em 100% de 1950 a 1960, passando de 15.000 para 30.000 habitantes. De 1960 a 1970, cresceu quase na mesma proporção, passando de 30.000 para cerca de 50.000 pessoas e, em 1980, os 60.000 habitantes, população que permanece estável nos dias atuais. Atualmente é o 4º bairro mais populoso de Belém, com 66.823 moradores em 13.397 domicílios, e o 2º mais densamente povoado, com 29,28 hab/km², sendo o 1º o bairro da Condor, com 30,38 hab/km² (Anuário Estatístico do Município de Belém, 1998. v. 5. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1999, p. 39, 40, 45).
- ²⁵ Praça Batista Campos, um dos mais centrais e mais valorizados logradouros públicos da cidade, pela ótica de um morador do bairro do Jurunas.
- ²⁶ Os migrantes demonstram possuir todo um conjunto de conhecimentos construídos nos lugares de origem, acerca da floresta e suas fontes de alimento, dos seus animais, plantas e espíritos protetores; dos rios que garantem boa parte de seus alimentos, ao mesmo tempo em que servem de *pontes* de acesso às outras cidades, lugares e mundos; esse conjunto de saberes e cuidados na preparação de alimentos (peixe, camarão, caranguejo, farinha, frutas da região, especialmente o açaí) e de remédios (chás, infusões, pomadas), assim como de saberes relativos ao nascimento e criação dos filhos pequenos, à saúde dos adultos e idosos, lhes garantem, até certo ponto, uma vida equilibrada, com certa auto-suficiência alimentar e longevidade.

Fontes

Arquivo da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”, do CENTUR / Jornais consultados:
 Diário do Commercio (1859), Diário de Notícias (1881), Folha do Norte (1898 a 1957),
 Gazeta de Notícias (1881), O Liberal do Pará (1869, 1870, 1871, 1872, 1873, 1877)
 Treze de Maio (1840 a 1862).



Referência

- AGIER, Michel. Lugares e redes: as mediações da cultura urbana. In: Além dos Territórios. A. M. Niemeyer e E. P. de Godói (orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- APPADURAI, Arjun. *Modernity at large. Cultural dimensions of the globalization*. Minneapolis, Minnesota Press, 1996.
- _____. Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-colonial. In: *Novos Estudos Cebrap*, nº 49, 1997.
- ASAD, Talal. *Anthropology and the colonial encounter*. London: Ithaca, 1973.
- BAENA, Antonio Ladislau. *Ensayo Corographico sobre a Provincia do Pará*. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839.
- BONNICCI, Thomas. Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil no século XVI. *Mimesis*, Bauru, vol 21, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, Xavier. Festive traditions in modernity: the public sphere of the festival of the Fallas in Valencia (Spain). In: *The Sociological Review*, vol. 50, nº 4, 2002.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2 v, 1973.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- HOLSTEIN, Adriana. El barrio de las casitas baratas. Memórias de la década del Sessenta. *Cuadernos de Antropologia Social*, nº 10, Univ. Buenos Aires, 1998.
- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica da Belém do Grão-Pará*. Belém: Grafisa, 1976.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria, 1750-1850*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Bauru: Edusc, 1999.
- RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). In: Mary del Priore (org): *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém-Pa*. Tese de Doutorado em Antropologia, Recife, PPGA / UFPE, 2006.
- SASSEN, Saskia. *Los espectros de la globalización*. Buenos Aires: Fondo del Cultura Económica, 2003.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas / Belém: UFPA, 1971.
- VIANNA, Arthur. *Festas Populares do Pará*. Annaes da Bibliotheca e Arquivo Publico do Pará. Tomo III (224-261), 1968.
- WALLACE, Alfred. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp., 1979.

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Antropologia da UFPA.

